

RAÍZES E DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA CPLP

Francisco Sarmento¹

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Recebido: 15/02/2015

Aprovado: 15/04/2015

Resumo: Em termos absolutos a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, conta com mais 20 milhões de desnutridos. Esta situação tem algumas causas estruturais historicamente conformadas. Sugere-se, neste artigo, que o escravismo luso-brasileiro se consolidou, também, pela manutenção da fome crônica nos países africanos durante vários séculos, contribuindo não apenas para a cristalização de estruturas sociais e relações de poder específicas mas também para a maior debilidade dos seus sistemas de produção de alimentos baseados na agricultura familiar. Estes aspetos são, atualmente, alguns dos desafios para a possível implementação em alguns países, nomeadamente em Angola e São Tomé e Príncipe, dos princípios de acordo político contidos na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

Palavras chave: Historia comparada - Segurança alimentar e nutricional - CPLP

FOOD SAFETY AND NUTRITION ROOTS AND CHALLENGES IN THE COMUNITY OF PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES

Abstract: In absolute terms the CPLP - Community of Portuguese-Speaking Countries has over 20 million malnourished. This situation has some structural causes historically shaped. It is suggested in this article, that the Luso-Brazilian slavery trade regime was also consolidated trough the maintenance of chronic hunger in some African countries for several centuries, contributing not only to the crystallization of specific social structures and power relations but also for the present weakness of their food production systems based on family farming. These aspects are currently some of the challenges for the possible implementation in some countries, particularly in Angola and Sao Tome and Principe, of the political agreements and principles from the Food Security and Nutrition Strategy of CPLP.

Keywords: Comparative history - Food Security and Nutrition - Comunity of Portuguese Speaking Countries

Introdução

O tema que se apresenta não é estranho à experiência pessoal e profissional do autor. Este nasceu e passou a sua infância em Angola indo regularmente de férias ao Brasil, e ficando sempre intrigado por não encontrar sucos e sorvetes de manga, maracujá, goiabada em latas ou até "pé de moleque", em Angola, onde

¹ Endereço de correspondência: Praça Dom Dinis, 3000-995. Coimbra. CEP: 239 855 570. E-mail: fbendrau@hotmail.com.

todas estas matérias primas se consumiam “in natura”. No mundo da sua infância, as duas margens do Atlântico estavam mais longe do que as horas de avião que as uniam.

Mais tarde, procurou ligar a sua vida profissional aos demais Países Africanos onde se fala também português, acabando por conhecê-los razoavelmente bem. Entre São Tomé e o ilheu das rolas (e na companhia de uma criança abraçada ao seu saco de farinha de mandioca), decidiu ainda sem o saber, mergulhar profundamente numa pesquisa histórica sobre os determinantes da situação de insegurança alimentar nos países da CPLP.

Recentemente foi responsável pela elaboração da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN – CPLP), trabalho realizado no quadro da sua colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Secretariado Executivo da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Esta estratégia foi ratificada em Julho de 2012 na IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade.

Neste artigo o autor procura, resumidamente, apresentar algumas das condicionantes históricas da insegurança alimentar no triângulo gerado entre Angola, São Tomé e Príncipe e o Brasil e verificar a sua importância atual em função de alguns compromissos políticos e desafios considerados na ESAN – CPLP.

Historia Comparada

De acordo com Valentim Alexandre,² a historiografia considera usualmente três impérios distintos na expansão ultramarina portuguesa; o do Oriente, formado no início do século XVI e que declina no final do mesmo; o do Brasil com início nessa altura, apogeu no século XVIII e final no primeiro quartel do século seguinte, e o Africano, que se impulsiona dificilmente no século XIX e acaba com a descolonização em 1975.

No caso Português, o triângulo económico-geográfico engendrado na confluência dos três impérios evolui desde cedo assente no domínio de alguns

² VALENTIM, Alexandre (Org.). **O Império Africano Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

produtos agrícolas dominantes, que por sua vez, geraram zonas dominadas.³ Madeira, Açores e Cabo Verde são ilhas Atlânticas onde se dão os primeiros passos na produção açucareira, mas é claramente em São Tomé que se inicia a primeira sociedade escravocrata como aquela que será mais tarde implementada no Brasil.

É aceite que o “comércio de homens” referido por Celso Furtado⁴ se tornou o item de maior peso nas importações coloniais brasileiras, e variava proporcionalmente ao aumento da exportação de produtos agrícolas tropicais.⁵ O baixo custo de produção ajudou o setor comercial e agro-exportador do Brasil a resistir às conjunturas internacionais desfavoráveis, e a uma acumulação que lhe permitiu a diversificação de investimentos para outras áreas de negócio, como o imobiliário e a agricultura.

Embora autores como Florentino⁶ não sugiram as razões para a excepcional taxa de lucro (presumida, por exemplo, com base em declarações a companhias de seguros) do comércio negreiro do Brasil (10% a 20%) quando comparado com o de outros países como a Inglaterra e a França (taxas na ordem dos 5% a 10%), acredita-se que provavelmente isto tenha decorrido, em parte, porque o montante necessário para a formação de bens alimentares utilizados para escambo era certamente inferior aos utilizados pela Inglaterra e França (mesmo considerando o Rum das Antilhas). Isto conforma a singularidade brasileira descrita por Alencastro⁷ como se apresenta em seguida.

A troca de produtos agrícolas brasileiros por mão-de-obra africana estabelece-se ao redor de vários produtos, sendo imprescindível referir, em

³ Furtado refere que a Espanha nunca chegou a interessar-se em fomentar um intercâmbio com as colônias ou entre estas. A não autorização de barcos de outras nacionalidades em portos americanos tornava os fretes muito elevados. Mesmo quando Portugal esteve ligado à Espanha (1580 a 1640), os equipamentos para os engenhos açucareiros produzidos em Lisboa tinham que transportar-se a Sevilha de onde seguiam com altos custos de frete até às colônias espanholas. Cf.: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 15-18.

⁴ FURTADO, Celso. Op. Cit.

⁵ Cf: PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, 1978. p. 29.; FURTADO, Celso. Op. Cit., p. 53-4 e 125.

⁶ FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁷ ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

primeiro lugar, a mandioca (várias)⁸ e a cachaça ou aguardente de cana. A cachaça foi o "gênero da terra" que mais escravos comprou, representando entre 1699 e 1703, 78,4% das bebidas alcoólicas legalmente exportadas.⁹ Ainda segundo o autor, as exportações brasileiras de fumo e cachaça permitiram comprar 48% dos 2,027 milhões de escravos chegados vivos ao Brasil entre 1701 e 1810. Ainda segundo o autor, considerando outros produtos exportados como couro, cavalos, mandioca, carne e peixe salgados e secos, não é difícil pensar-se que muito mais de metade dos escravos chegados ao Brasil tenham sido adquiridos com mercadorias agrícolas brasileiras.

Existe uma razoável possibilidade de que estas mercadorias tenham sido particularmente valorizadas nos países africanos, em especial em Angola, pela sua manutenção numa situação de insegurança alimentar crônica por mais de 300 anos como se apresenta de seguida. Note-se que neste processo, a escravatura doméstica tradicional (normalmente assente no controle do campesinato) se foi reforçando e ligando intimamente à atividade comercial, rompendo estruturas e gerando vulnerabilidades, que por sua vez reforçaram o número de almas disponíveis para venda e diminuíram o seu custo unitário. Em primeiro lugar pela desestruturação dos sistemas produtivos locais face à alteração de componentes da dieta tradicional africana, baseada no sorgo, feijão,¹⁰ inhame¹¹ milhos pequenos, amendoim¹² entre outros. Algumas destas variedades, embora menos produtivas, eram mais resistentes a secas e pragas usuais. Em segundo lugar, pelo equilíbrio precário vivido pela maioria dos camponeses africanos (sujeitos a mecanismos de controle do Estado, dos traficantes e raides de outros estados) o que aumentou a

⁸ A mandioca é originária da América e conhecida desde sempre pelos Guaranis. Existem nas suas formas cultivadas mandiocas doces e amargas. Estas últimas possuem ácido cianídrico que se elimina mediante maceração em água. Os portugueses levaram a mandioca para África, presume-se que inicialmente para São Tomé e Príncipe, sendo cultivada em Angola desde o final do século XVI. O extremo oriente ainda importava mandioca do Brasil no século XIX. A mandioca é base da alimentação africana sendo Angola, Costa do Marfim, Nigéria, Zaire e Ghana os principais produtores mundiais mas não exportadores. O Brasil faz parte dos maiores exportadores. A mandioca possui elevado valor energético podendo também obter-se dextrose e glucose para utilização em diversos produtos não alimentares como papel, cartão ondulado, gomas e colas, processos para os quais o Brasil desenvolveu tecnologia adequada.

⁹ ALENCASTRO, Luís Felipe. Op. Cit., p. 295.

¹⁰ *Cajanus indicus*.

¹¹ *Discorea bulbifera L.* mais conhecido na Bahia como Inhame de Angola. Cascudo (2004).

¹² *Voandzeia subterranea*

sua vulnerabilidade às secas, pestes e outros fenômenos naturais cíclicos na região. Como defende Miller,¹³ a área bantu do Atlântico é o palco ideal para a produção de escravos face à insegurança alimentar.

Mas se no lado brasileiro esta atividade permitiu a acumulação primitiva que contribuiu para que os traficantes desfrutassem de um importante papel na estrutura colonial (influenciando ativamente as políticas internacionais do Estado), no lado africano, ela permitiu a geração e cristalização de hierarquias sociais e relações de poder desfavoráveis ao campesinato e fundamentais para obtenção de uma mão de obra a custos mais baixos. No Congo, por exemplo, a escravidão representava 50% da população total, em particular, camponeses.¹⁴ No Ndongo, os escravos eram a base do poder real e dos chefes de linhagens mais poderosas, e garantiam mais receitas que a taxação do campesinato. O mesmo sucedia nas terras kinbundu, nos estados de Cassange e Matamba e nos reinos Luba e Lunda.¹⁵

Dessa forma, verifica-se que o desenvolvimento da economia açucareira, pilar da sociedade escravocrata brasileira foi o ponto de partida para o Brasil actual em função da acumulação de capital realizada no escravismo pelos comerciantes. Esta ideia contraria as visões mais tradicionais do desenvolvimento brasileiro e permite visualizar que a acumulação esteve sempre ligada ao comerciante (que também detinha investimentos na agricultura), e que se baseou no comércio de almas negras. Reconhece-se assim que "O colonizado absoluto do Brasil, colonial ou não colonial, aquele que nunca escreverá a história verdadeira da colonização brasileira nos únicos termos adequados, é o africano".¹⁶

Não pode, contudo, argumentar-se que a independência brasileira em 1825, tenha colocado um ponto final na sua influência sobre África. É que a dependência de uma trajetória anterior é longa e mais complexa.

Em primeiro lugar, se no Brasil a escravatura foi acabando graças ao fim das fontes africanas e da incapacidade de reproduzir, dentro do país, a mão-de-obra cativa, o mesmo não se passou na maioria dos países africanos. Nestes, era possível

¹³ MILLER, Joseph C. A. The Paradoxes of Impoverishment in the Atlantic Zone. In: BIRMINGHAM, David; MARTIN, Phyllis M. (Eds.). **History of Central Africa**. Londres/ Nova York, Longman, 1983.

¹⁴ FLORENTINO, Manolo. Op. Cit., p. 99.

¹⁵ Heintz, 1984 *apud* FLORENTINO, Manolo. Op. Cit., p. 99.

¹⁶ LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 152.

essa reprodução. Pior do que isso, esta era indispensável para manutenção dos circuitos econômicos e das estruturas sociais até aí desenvolvidas localmente. O regime de "contrato" substituiu a escravatura mantendo-a até meados do século XX.

Em segundo lugar e para não alongar este ponto, a emergência de um sector produtivo assente em produtos endógenos produzidos pela agricultura familiar e camponesa e até sua especialização produtiva. Refira-se que a "diversificação" de investimentos locais em alguns países africanos como Angola ou São Tomé e Príncipe orientou-se para atividades agrícolas tradicionais no Brasil e com meios (humanos e financeiros) dali provenientes, mas visando apenas satisfazer circuitos internos gerados na dinâmica escravista. Note-se, por exemplo, que a cachaça mantinha seu valor de troca em Angola (impedindo a produção de açúcar) quase 150 anos depois da independência do Brasil¹⁷ e que tecnologias simples para o processamento da mandioca nunca ali se desenvolveram apesar deste tubérculo continuar a ser uma base alimentar fundamental para a maioria da população.

Desta forma, enquanto o desenvolvimento industrial no Brasil surge no esteio da produção açucareira com a implantação da indústria têxtil no Nordeste em 1844, o dos maiores países africanos membros da CPLP, surgirá muito timidamente, um século depois. A este século perdido nas margens africanas correspondeu um período de diversificação fecunda no Brasil. Um período estimulado a café sem dúvida, mas talvez por isso, fecundo em novas oportunidades, na integração econômica de parcelas maiores da população, no desenvolvimento de qualificações, na inovação frente às dificuldades, no aproveitamento da proteção natural conferida aos recursos endógenos, enfim, na gestação de um capitalismo industrial libertador e prelo de ameaças.

Os países africanos esperariam um século por essa gravidez sempre negada. Quando enfim chega pela mão dos oligopólios de um Portugal cada vez mais voltado para o interior europeu, vem no esteio da segunda revolução industrial, adaptada a mãos de "branco" e temperada com o sabor do norte. Doces de figo, pêra e marmelada impõem-se ao sabor da manga e da goiaba. Sucos de pêra

¹⁷ SARMENTO, Francisco. **Condicionantes históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe**. 2008. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil, 2008.

enlatada e refrescos de groselha vão refrescar alguns nas tardes de calor dos canaviais enquanto vinhos de qualidade duvidosa invadem as noites nos "musseques". Utilizando tecnologia da segunda revolução industrial europeia, o Estado novo Português conseguia a façanha de tentar promover o desenvolvimento industrial a baixo custo. O passo seguinte, se viesse a existir, como se sabe, foi abruptamente interrompido pelos acontecimentos (conflitos político – militares) subsequentes às independências nacionais na década de 70 do século passado.

Concluindo este ponto, pode dizer-se que durante quase quatro séculos, no ambiente tropical das duas margens do Atlântico, fluíram pessoas, plantas, ritos e ritmos agrilhoados ao mesmo sistema social, contribuindo para a formação de um complexo sistema de hábitos e valores comuns. Nestes processos bio-sociais de adaptação e de transculturação, o Brasil desempenhou o papel de segundo colonizador. Traços dessa dominação secular e das relações por ela engendradas, conformando esse sistema eco-cultural comum entre o Brasil e os países africanos, podem, ainda hoje, ser encontrados, na evolução dos seus sistemas de produção de alimentos incluindo-se aqui o reconhecimento da importância da agricultura familiar e camponesa.

O mesmo se verifica relativamente ao atual caráter patrimonialista dos respectivos Estados nacionais e grau de desenvolvimento e conseqüente possível participação da sociedade civil na construção das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Note-se que a colonização portuguesa após a independência do Brasil, realizada em grande parte sob auspícios do Estado Novo, não reverteu as relações sociais antes cristalizadas no período escravista. Pelo contrário. A par de relações no meio rural (que se mantiveram na generalidade) existiram, também, elites (mais urbanizadas nas décadas de 50, 60 e 70) muito à vontade com as culturas portuguesa e africana que persistiram em muitos países e vieram a integrar, inclusivamente, a base do Estado “unificado” sob os regimes socialistas do pós independência.

Como refere Heimer¹⁸ a propósito de Angola, a maneira como o espaço político e o Estado foram estruturados durante a guerra nas décadas de 1970 a 2000 conformou, mais uma vez, o controle do poder económico, administrativo e militar por um grupo (ou grupos) reduzido cuja lógica é a obtenção de ganhos elevados no curto e médio prazo existindo, por isso, menor compreensão quanto à importância de aumentar a efectividade e impacto das políticas públicas relacionadas com a segurança alimentar e nutricional. Estas condicionantes históricas contribuem para os desafios inerentes à implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

Desafios da ESAN - CPLP

Se o avanço das políticas neoliberais que se verificou com mais intensidade a partir da década de 1980 em todo o mundo, conduziu de fato, a uma maior internacionalização da economia, determinando, também, uma perda crescente da capacidade dos países, será igualmente importante considerar, na linha defendida por Hirst & Thompson,¹⁹ que isto não exime os Estados da CPLP da sua responsabilidade na implementação de políticas de desenvolvimento e segurança alimentar e nutricional, nem tampouco da sua governança. Esta área de trabalho foi talvez (re) aberta com a formulação e aprovação da ESAN, a primeira Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

Construir maiores níveis de segurança alimentar e nutricional na Comunidade será então, porventura, procurar estabelecer objectivos de longo prazo para as políticas públicas que invertam a dependência de algumas trajectórias em três áreas chave: mecanismos de governança adequados incluindo a participação social; produção agrícola camponesa ou familiar (dependendo do conteúdo dado ao conceito o que não se desenvolve neste artigo) e o concomitante (e necessário) acesso a tecnologias e serviços socialmente adequados. Estes são os principais eixos da ESAN – CPLP, processo atualmente em construção, visando unir esforços regionais de acordo com o previsto nas *Diretrizes Voluntárias em apoio à*

¹⁸ HEIMER, Franz. **Dinâmicas Políticas dos Países Africanos de Língua Portuguesa**. cópia do autor, 2004.

¹⁹ HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional,²⁰ para a resolução de algumas debilidades conjunturais e (ou) estruturais (nos Estados da CPLP)²¹ em matéria de luta contra a fome.

A melhoria da governança do sistema alimentar responde assim à necessidade de dar resposta, no presente, aos desafios historicamente conformados. Esta foi considerada a área mais prioritária na ESAN- CPLP mas é também a que representa um maior desafio já que preesupõe a adoção de abordagens que permitam a redução das distâncias entre os cidadãos e os governos concomitantemente com a construção ou restabelecimento de um capital social que contribua para a ação coletiva.

Relativamente à segunda prioridade na ESAN-CPLP, os camponeses e produtores familiares, dados recolhidos pelo autor mostram que apesar das grandes diferenças entre os países, e de forma conservadora, pode afirmar-se que a sua importância é objetiva no contexto da CPLP, já que explorando áreas médias pequenas (de 0,20 a 18 hectares em função do país) e com diferentes níveis tecnológicos, são responsáveis pela produção de uma média de 70% a 100% dos alimentos na maioria dos países. Refira-se também que destes agricultores dependem, direta ou indiretamente, mais de 45 milhões de pessoas, nos países da Comunidade. Por essa razão, o seu reconhecimento institucional e fortalecimento (acesso a recursos naturais, crédito, tecnologias sociais) são importantes. Este necessariamente será um exercício de longo prazo e deve ser equacionado como parte de um processo mais amplo e abrangente visando o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção.

Mas sendo estes atores as maiores vítimas da insegurança alimentar em todos os Estados membro da CPLP, particularmente nos países africanos, em

²⁰ **Diretriz 3.10** - "Os Estados deveriam apoiar, inclusive por meio da cooperação regional, a aplicação de estratégias nacionais de desenvolvimento, em particular com vistas à redução da pobreza e da fome e à realização progressiva do direito à alimentação adequada".

²¹ Como por exemplo, Instituições frequentemente pouco equipadas e com fracos meios disponíveis perante os desafios de orientação e de coordenação/governança da SAN; Debilidades constitucionais e legais relativamente à consagração da alimentação enquanto direito humano fundamental; marginalização das estratégias/programas de SAN no panorama político e legislativo e fraco apoio efetivo à participação qualificada dos grupos mais vulneráveis e seus representantes. ESAN - Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP - Enquadramento pag 14 - 2011. Disponível em <<http://www.cplp.org/id-2419.aspx>>.

grande parte, pelas razões históricas anteriormente mencionadas, o terceiro desafio da ESAN é a promoção do acesso à alimentação e melhoria dos modos de vida deste grupo através de mecanismos e redes de proteção social incluindo o seu acesso aos alimentos (em quantidade e qualidade adequadas) e a serviços básicos (água, saneamento, saúde, entre outros).

Estas três prioridades, todas visando contribuir para a resolução de problemas historicamente conformados, materializam-se na ESAN-CPLP em eixos específicos e (ou) atividades conjuntas desenvolvidas no âmbito da cooperação multi-lateral entre os Estados membro da CPLP.

O Brasil vai tendo um papel importante neste processo e será fundamental que este se mantenha porque, entre outros motivos, é nas vicissitudes do passado que também se podem encontrar algumas das opções possíveis para ultrapassar as limitações do presente.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil – O Longo Caminho**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2004.

ENDERS, Armelle. **Historia da África Lusófona**. Lisboa: Inquérito, 1994.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HEIMER, Franz. **Dinâmicas Políticas dos Países Africanos de Língua Portuguesa**. cópia do autor, 2004.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 1999.

MILLER, Joseph C. A. The Paradoxes of Impoverishment in the Atlantic Zone. *In*: BIRMINGHAM, David; MARTIN, Phyllis M. (Eds.). **History of Central Africa**. Londres/ Nova York, Longman, 1983.

_____. The significance of Drought and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa. **The Journal of African History**, v. 23, n. 1, 1982.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, 1978.

SARMENTO, Francisco. **Condicionantes históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe**. 2008. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil, 2008.

VALENTIM, Alexandre (Org.). **O Império Africano Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Documentos CPLP

CONSAN – CPLP (2012). **Recomendações da reunião preparatória do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP**. Maputo, Julho de 2012. Disponível em <<http://www.cplp.org/id-2419.aspx>>.

ESAN – CPLP (2011). **Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Disponível em <<http://www.cplp.org/id-2393.aspx>>.